

Sumário

Prefácio	xxi
<i>Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho</i>	
Prefácio	xxxv
<i>Prof. Dr. Geraldo Prado</i>	
Prefácio	xxxix
<i>Prof. Dr. Cezar Roberto Bitencourt</i>	
Resenha da Obra – Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional ...	xlili
<i>Aury Lopes Jr.</i>	
Nota do Autor	xlv
Nota do Autor à 2ª Edição	xlvii
Nota do Autor à 3ª Edição	xliv
Nota do Autor à 4ª Edição	li
Capítulo I – Um Processo Penal Para Quê(m)? Buscando o Fundamento da sua Existência	1
1. Breve Análise da História da Pena de Prisão e do Processo Penal.....	1
1.1. Breve História da Pena de Prisão.....	1
1.2. Da Autotutela ao Processo Penal.....	4
2. Constituindo o Processo Penal desde a Constituição. A Crise da Teoria das Fontes. A Constituição como Abertura do Processo Penal.....	7
3. Superando o maniqueísmo entre “interesse público” versus “interesse individual”. Inadequada Invocação do Princípio da Proporcionalidade.....	11
4. A Influência dos Movimentos Repressivistas. Tolerância Zero para Quê(m)? Desvelando a Hipocrisia do Discurso.....	15
5. Princípio da Necessidade do Processo Penal em Relação à Pena.....	23
6. Instrumentalidade Constitucional do Processo Penal.....	26
7. Instrumentalidade e Possibilidade de Extinção Antecipada do Processo Penal: Da Prescrição pela Provável Pena a Ser Aplicada à Falta de Justa Causa.....	29
8. Quando Cinderela terá suas Próprias Roupas? Respeitando as Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal (ou Abandonando a Teoria Geral do Processo)..	33
Capítulo II – Teorias Acerca da Natureza Jurídica do Processo (Penal)	37
1. Introdução: As Várias Teorias.....	37
2. Processo como Relação Jurídica: A Contribuição de Bülow.....	38
3. Processo como Situação Jurídica (ou a Superação de Bülow por James Goldschmidt).....	42

4. Quando Calamandrei Deixa de Ser o Crítico e Rende Homenagens a Um Maestro de Liberalismo Processual. O Risco Deve Ser Assumido: A Luta Pelas Regras do Jogo	48
Capítulo III – Sistemas Processuais Penais Inquisitório e Acusatório: Superando o Reduccionismo Ilusório do Sistema Misto	57
1. Sistema Acusatório	58
2. Sistema Inquisitório	62
3. O Reduccionismo Ilusório (e insuficiente) do Conceito de “Sistema Misto”: a Gestão da Prova e os Poderes Instrutórios do Juiz	68
3.1. A Falácia do Sistema Bifásico	70
3.2. A Insuficiência da Separação (Inicial) das Atividades de Acusar e Julgar ..	72
3.3. Identificação do Núcleo Fundante: a Gestão da Prova	74
3.4. O Problema dos Poderes Instrutórios: Juízes-Inquisidores e os Quadros Mentais Paranóicos	79
Capítulo IV – (Re)Construção Dogmática do Objeto do Processo Penal: A Pretensão Acusatória (Para Além do Conceito Carneluttiano de Pretensão)	85
1. Introdução (ou a Imprescindível Pré-Compreensão)	85
1.1. Superando o Reduccionismo da Crítica em Torno da Noção Carneluttiana de “Pretensão”. Pensando Para Além de Carnelutti	86
1.2. Teorias Sobre o Objeto do Processo (Penal)	91
1.2.1. Teorias Sociológicas	91
1.2.2. Teorias Jurídicas	92
1.2.3. Teoria da Satisfação Jurídica das Pretensões e Resistências	93
2. Estrutura da Pretensão Processual (Acusatória)	97
2.1. Elemento Subjetivo	98
2.2. Elemento Objetivo	98
2.3. Declaração Petitória	101
2.4. (O Equívoco da) Pretensão Civil Cumulada	103
3. Conteúdo da Pretensão Jurídica no Processo Penal: Punitiva ou Acusatória? Desvelando mais uma Inadequação da Teoria Geral do Processo	105
4. Conseqüências Práticas dessa Construção (ou Por que o Juiz Não Pode(ria) Condenar Quando o Ministério Público Pedir a Absolvição...)	110
Capítulo V – Introdução ao Estudo dos Princípios Constitucionais do Processo Penal	115
1. Jurisdicionalidade – Nulla poena, nulla culpa sine iudicio	117
1.1. A Função do Juiz no Processo Penal	119
1.2. A Toga e a Figura Humana do Julgador no Ritual Judiciário: da Dependência à Patologia	122
1.3. A Garantia da Imparcialidade Objetiva e Subjetiva do Julgador: (Re)Pensando os Poderes Investigatórios/Instrutórios. Fundamentação Finalmente Adotada pelo Supremo Tribunal Federal – HC 94.641/BA	131

1.4. O Direito de Ser Julgado em um Prazo Razoável (art. 5º, LXXVIII, da CF): o Tempo como Pena e a (De)Mora Jurisdicional.....	139
1.4.1. Introdução Necessária: Recordando o Rompimento do Paradigma Newtoniano.....	139
1.4.2. Tempo e Penas Processuais.....	143
1.4.3. A (De)Mora Jurisdicional e o Direito a um Processo sem Dilações Indevidas.....	146
1.4.4. Fundamentos da Existência do Direito de Ser Julgado em um Prazo Razoável.....	147
1.4.5. A Recepção pelo Direito Brasileiro.....	152
1.4.6. A Problemática Definição dos Critérios: a Doutrina do Não-Prazo..	156
1.4.7. <i>Nulla Coactio Sine Lege</i> : a (Urgente) Necessidade de Estabelecer Li- mites Normativos.....	160
1.4.8. Aplicação Prática: Algumas Decisões do Tribunal Europeu de Di- reitos Humanos, da Corte Americana de Direitos Humanos e de Tribunais Brasileiros.....	169
1.4.9. A Primeira Condenação na Corte Interamericana de Direitos Hu- manos: Caso Ximenes Lopes Versus Brasil.....	173
1.4.10. Caso Marcos Mariano da Silva: o Inocente que Ficou 13 Anos Pre- so sem Sentença.....	178
1.4.11. Em Busca de “Soluções”: Compensatórias, Processuais e Sanciona- tórias.....	179
1.4.12. Concluindo: o Difícil Equilíbrio entre a (De)Mora Jurisdicional e o Atropelo das Garantias Fundamentais.....	184
2. Princípio Acusatório: Separação de Funções e Iniciativa Probatória das Partes. A Imparcialidade do Julgador.....	188
3. Presunção de Inocência (ou um Dever de Tratamento).....	190
4. Contraditório e Ampla Defesa.....	195
4.1. Direito ao Contraditório.....	195
4.2. Direito de Defesa: Técnica e Pessoal.....	198
4.2.1. Defesa Técnica.....	198
4.2.2. A Defesa Pessoal: Positiva e Negativa.....	202
4.2.2.1. Defesa Pessoal Positiva.....	202
4.2.2.2. Defesa Pessoal Negativa (<i>Nemo Tenetur se Detegere</i>).....	206
5. Motivação das Decisões Judiciais. Superando o Cartesianismo.....	208
Capítulo VI – Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço.....	215
1. Lei Processual Penal no Tempo.....	215
1.1. A Leitura Tradicional: Princípio da Imediatidade.....	215
1.2. Uma (Re)Leitura Constitucional: Retroatividade da Lei Penal e Processual Penal Mais Benéfica.....	217
2. Lei Processual Penal no Espaço.....	221

Capítulo VII – Sistemas de Investigação Preliminar: Breve Análise a Partir de Sujeitos/Objeto/Atos	223
1. Introdução	223
2. Análise dos Sistemas de Investigação Preliminar	225
2.1. Problema Terminológico	225
2.2. Caracteres Determinantes: Instrumentalidade e Autonomia.....	226
2.3. Fundamento da Existência da Investigação Preliminar	227
2.3.1. Busca do Fato Oculto e a Criminal Case Mortality	227
2.3.2. Função Simbólica	230
2.3.3. Evitar Acusações Infundadas – Filtro Processual.....	231
3. Órgão Encarregado: Investigação Policial, Juiz Instrutor ou Promotor Investigador	236
3.1. Investigação Preliminar Policial	236
3.2. Investigação Preliminar Judicial – Juiz Instrutor	241
3.3. Investigação Preliminar a Cargo do Ministério Público: Promotor Investigador.....	244
4. Objeto e Grau de Cognição na Investigação Preliminar	250
5. Forma dos Atos da Investigação Preliminar.....	252
Capítulo VIII – A Investigação Preliminar Brasileira: O Inquérito Policial (e Sua Crise)	255
1. Considerações Prévias. Natureza Jurídica	255
2. Órgão Encarregado	256
2.1. A Polícia Judiciária. Conflito de Atribuições com a Polícia Militar na Lavratura do Termo Circunstanciado.....	256
2.2. O Ministério Público e o Inquérito Policial.....	258
3. A Posição do Juiz Frente ao Inquérito Policial: O Juiz como Garantidor e não como Instrutor	261
4. Objeto e sua Limitação	264
4.1. Limitação Qualitativa	265
4.2. Limitação Temporal: Prazo Razoável	266
5. Análise da Forma dos Atos do Inquérito Policial	268
5.1. Atos de Iniciação – Art. 5º do CPP.....	268
5.1.1. De Ofício pela Própria Autoridade Policial	269
5.1.2. Requisição do Ministério Público (ou Órgão Jurisdicional?)	269
5.1.3. Requerimento do Ofendido (Delitos de Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada).....	271
5.1.4. Comunicação Oral ou Escrita de Delito de Ação Penal de Iniciativa Pública	272
5.1.5. Representação do Ofendido nos Delitos de Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada	274
5.1.6. Requerimento do Ofendido nos Delitos de Ação Penal de Iniciativa Privada.....	279
5.2. Atos de Desenvolvimento: Arts. 6º e 7º do CPP.....	280

5.3. A Conclusão do Inquérito Policial. A Impossibilidade de Arquivamento pela Polícia. Arquivamento Implícito (ou Tácito).....	287
6. Estrutura dos Atos do Inquérito Policial: Lugar, Tempo e Forma. Segredo e Publicidade.....	290
7. Valor Probatório dos Atos do Inquérito Policial.....	293
7.1. A Equivocada Presunção de Veracidade.....	294
7.2. Distinção entre Atos de Prova e Atos de Investigação.....	295
7.3. O Valor Probatório do Inquérito Policial.....	296
7.3.1. Valor das Provas Repetíveis: Meros Atos de Investigação.....	297
7.3.2. Provas Não-Repetíveis: Necessidade do Incidente de Produção Antecipada de Provas.....	299
7.3.3. Contaminação Consciente ou Inconsciente do Julgador e a Necessidade da Exclusão Física das Peças do Inquérito Policial.....	301
8. O Indiciado no Sistema Brasileiro.....	305
8.1. Indiciamento.....	305
8.2. Circunstâncias para que se Produza a Situação de Indiciado.....	309
8.2.1. Quando Existe uma Prisão Cautelar.....	309
8.2.2. Indiciamento sem Prévia Prisão Cautelar.....	311
9. Conseqüências do Indiciamento.....	314
9.1. Cargas que Assume o Indiciado.....	315
9.2. Direitos e Garantias Constitucionais e Processuais do Indiciado.....	315
9.2.1. Direitos do Indiciado Preso.....	315
9.2.2. Direitos do Indiciado em Liberdade.....	316
10. Direito de Defesa no Inquérito Policial.....	318
11. Garantias do Defensor. O Acesso do Advogado aos Autos do Inquérito. Contraditório Limitado. O Problema do Sigilo Interno do Inquérito Policial.....	320
12. Crise do Inquérito Policial e a Busca de um “Sistema Ideal”.....	325
12.1. Órgão Encarregado.....	326
12.2. Definir a Situação Jurídica do Indiciado.....	328
12.3. Sumariedade da Investigação Preliminar. Controle do Tempo e a Pena de Inutilizabilidade.....	330
12.4. Forma dos Atos.....	330
13. A Título de Conclusão: A Opacidade da Discussão em Torno do Promotor Investigador (Mudem os Inquisidores, Mas a Fogueira Continuará Acesa).....	332
Capítulo IX – Ação Processual Penal. (Re)Pensando Conceitos e Condições da Ação ..	337
1. Esclarecimentos Iniciais.....	337
2. Ação Processual Penal – Ius ut Procedatur – Desde a Concepção de Pretensão Acusatória. Por que não existe “trancamento da ação penal”?.....	339
3. Natureza Jurídica da Ação Processual Penal.....	342
3.1. Caráter Público.....	342
3.2. Direito Potestativo em Relação ao Imputado (e Subjetivo Frente ao Estado-Juiz).....	343

3.3. Ação como Direito Autônomo e Abstrato e/ou como Direito Concreto? A Necessidade do Entre-Conceito “Conexo Instrumentalmente ao Caso Penal”.....	344
4. Condições da Ação Penal	349
4.1. Quando se pode falar em condições da ação?	349
4.2. Crítica à Importação de Conceitos do Processo Civil.....	351
4.3. Em Busca das Condições da Ação Processual Penal. Definições a Partir de suas Categorias Jurídicas Próprias.....	354
4.3.1. Prática de Fato Aparentemente Criminoso – <i>Fumus Commisssi Delicti</i>	355
4.3.2. Punibilidade Concreta	357
4.3.3. Legitimidade de Parte.....	358
4.3.4. Justa Causa.....	360
4.3.4.1. Justa Causa. Existência de Indícios Razoáveis de Autoria e Materialidade	362
4.3.4.2. Justa Causa. Controle Processual do Caráter Fragmentário da Intervenção Penal.....	362
4.4. Outras Condições da Ação Processual Penal	365
4.5. O (Des)Controle das Condições da Ação nos Juizados Especiais Criminais ..	366
5. Ação Penal de Iniciativa Pública	367
5.1. Introdução e Cuidados Necessários	367
5.2. Regras da Ação Penal de Iniciativa Pública (Condicionada ou Incondicionada)	368
5.2.1. Oficialidade ou Investidura	368
5.2.2. Obrigatoriedade (ou Legalidade).....	368
5.2.3. Indisponibilidade	370
5.2.4. Indivisibilidade.....	371
5.2.5. Intranscendência	373
5.3. Espécies de Ação Penal de Iniciativa Pública	374
5.3.1. Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada	374
5.3.2. Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada	378
5.3.3. Ação Penal de Iniciativa Pública Extensiva e a Problemática em Torno da Ação Penal nos Crimes Contra os Costumes. Ação Penal e Lei Maria da Penha	385
6. Ação Penal de Iniciativa Privada	387
6.1. Regras que Orientam a Ação Penal de Iniciativa Privada	388
6.2. Titularidade (Querelante) e o Prazo Decadencial.....	389
6.2.1. Procuração com Poderes Especiais: A Menção ao Fato Criminoso ...	391
6.3. Espécies de Ação Penal de Iniciativa Privada.....	392
6.4. Ação Penal nos Crimes Praticados Contra a Honra de Servidor Público ...	394
6.5. Renúncia, Perdão e Perempção	395
7. Aditamentos Próprios e Impróprios na Ação Penal de Iniciativa Pública ou Privada. Interrupção da Prescrição. Falhas e Omissões na Queixa-Crime	398
7.1. Aditamentos da Ação Penal de Iniciativa Pública.....	398

7.2. Falhas e Omissões na Queixa-Crime. Existe Aditamento na Ação Penal de Iniciativa Privada?	402
8. Da Rejeição da Denúncia ou Queixa. Análise do Art. 395 do CPP. Da Absolvição Sumária. Art. 397 do CPP.....	403
8.1. Rejeição. Inépcia da Denúncia ou Queixa.....	404
8.2. Rejeição. Falta de Pressuposto Processual ou Condição da Ação	407
8.3. Rejeição. Falta de Justa Causa. Condição da Ação.....	410
8.4. Rejeição Parcial da Denúncia Abusiva. Aplicação do Art. 383 Quando do Recebimento da Acusação.....	410
8.5. Da Absolvição Sumária. Art. 397 do CPP	412
9. Fixação de Valor Indenizatório na Sentença Penal Condenatória e os Casos de Ação Civil <i>Ex Delicti</i>	413
Capítulo X – Jurisdição Penal e Competência: De Poder-Dever a Direito Fundamental	421
1. Princípios da Jurisdição Penal.....	422
1.1. Princípio da Inércia da Jurisdição.....	422
1.2. Princípio da Imparcialidade.....	423
1.3. Princípio do Juiz Natural.....	424
1.4. Princípio da Indeclinabilidade da Jurisdição	426
2. A Competência em Matéria Penal.....	427
2.1. Qual é a Justiça Competente? Definição da Competência das Justiças Especiais (Militar e Eleitoral) e Comuns (Federal e Estadual).....	431
2.1.1. Justiça (Especial) Militar Federal	431
2.1.2. Justiça (Especial) Militar Estadual.....	434
2.1.3. Justiça (Especial) Eleitoral	436
2.1.4. Justiça (Comum) Federal	437
2.1.5. Justiça (Comum) Estadual.....	451
2.2. Qual é o Foro Competente (Local)?.....	453
2.3. Qual é a Vara, o Juízo Competente?.....	455
2.4. Competência em Razão da Pessoa: A Prerrogativa de Função	455
2.4.1. Algumas Prerrogativas Importantes	460
2.4.2. Alguns Problemas em Torno da Competência Constitucional do Tribunal do Júri.....	464
2.4.3. Prerrogativa de Função para Vítima do Crime?	466
3. Causas Modificadoras da Competência: Conexão e Continência.....	468
3.1. Conexão	468
3.2. Continência	471
3.3. Regras para Definição da Competência nos Casos de Conexão ou Continência	471
3.4. Cisão Processual Obrigatória e Facultativa	475
4. Crítica ao Tratamento das (In)Competências Absoluta e Relativa.....	476

4.1. (In)Competência Absoluta e Relativa. Inadequada Transmissão das Categorias do Processo Civil. Manipulação dos Critérios de Competência em Matéria Penal. Varas Especializadas.....	476
4.2. Por Uma Leitura Constitucional do Art. 567 do CPP	480
5. Case Study (Para Facilitar a Compreensão).....	482
Capítulo XI – Das Questões e Processos Incidentes	487
1. Das Questões Prejudiciais.....	487
2. Dos Processos Incidentes.....	490
2.1. Das Exceções Processuais	490
2.1.1. Exceção de Suspeição.....	491
2.1.2. Exceção de Suspeição por Violação da Garantia da Imparcialidade do Julgador e do Sistema Acusatório. Poderes Instrutórios do Juiz e Pré-Julgamentos	498
2.1.3. Exceção de Incompetência	504
2.1.4. Exceção de Litispendência.....	505
2.1.5. Exceção de Ilegitimidade de Parte.....	507
2.1.6. Exceção de Coisa Julgada	508
2.2. Conflito de Jurisdição e de Competência.....	512
Capítulo XII – Teoria Geral da Prova no Processo Penal	515
1. Conceito e Função da Prova.....	515
1.1. O Ritual de Reconhecimento.....	515
1.2. Função Persuasiva da Prova: Crença, Fé e Captura Psíquica.....	517
2. Provas e Modos de Construção do Convencimento: (Re)Visitando os Sistemas Processuais.....	519
3. Principiologia da Prova	526
3.1. Garantia da Jurisdição: Distinção entre Atos de Investigação e Atos de Prova.....	526
3.2. Presunção de Inocência.....	528
3.3. Carga da Prova e in dubio pro reo: Quando o Réu Alega uma Causa de Exclusão da Ilicitude, Ele Deve Provar?.....	529
3.4. <i>In Dubio Pro Societate</i> : (Des)Velando um Ranço Inquisitório.....	533
3.5. Contraditório e Momentos da Prova.....	535
3.6. Provas e Direito de Defesa: o <i>Nemo Tenetur se Detegere</i>	539
3.7. Valoração das Provas: Sistema Legal de Provas, Íntima Convicção e Livre(?) Convencimento Motivado.....	541
3.8. O Princípio da Identidade Física do Juiz.....	547
4. O Problema da “Verdade” no Processo Penal.....	549
4.1. Verdade Real: Desconstruindo um Mito Forjado na Inquisição. Rumo à Verdade Processual.....	549
4.2. Desvelando o “Mito da Verdade” no Processo Penal. Rumo à Assunção da Sentença como Ato de Convencimento (de Crença), Mas Sem Cair no Relativismo Cético e Incidir no Erro do Substancialismo.....	552

4.3. Para Refletir: A Íntima Relação Entre Sistema Processual Inquisitório, Gestão da Prova nas Mãos do Juiz e a “Busca da Verdade”.....	562
5. Dos Limites à Atividade Probatória.....	564
5.1. Os Limites Extrapenais da Prova.....	564
5.2. Provas Nominadas e Inominadas.....	565
5.3. Limites à Admissibilidade da Prova Emprestada e à Transferência de Provas.....	566
5.4. Limites Impostos ao Substancialismo Inquisitorial. Obtenção de Prova de Crime Diverso. Desvio da Vinculação Causal. Princípio da Especialidade da Prova.....	568
5.5. Limites à Licitude da Prova: Distinção entre Prova Ilícita e Prova Ilegítima.....	575
5.6. Teorias Sobre a Admissibilidade das Provas Ilícitas.....	578
5.6.1. Admissibilidade Processual da Prova Ilícita.....	578
5.6.2. Inadmissibilidade Absoluta.....	579
5.6.3. Admissibilidade da Prova Ilícita em Nome do Princípio da Proporcionalidade (ou da Razoabilidade ⁹³⁵).....	579
5.6.4. Admissibilidade da Prova Ilícita a Partir da Proporcionalidade “pro reo”.....	581
5.7. Prova Ilícita por Derivação.....	583
5.7.1. O Princípio da Contaminação e sua Relativização: <i>Independent Source e Inevitable Discovery</i>	583
5.7.2. Visão Crítica: Superando o Reduccionismo Cartesiano.....	589
6. A Produção Antecipada de Provas no Processo Penal.....	594
Capítulo XIII – Das Provas em Espécie.....	597
1. Prova Pericial e Exame de Corpo de Delito.....	597
1.1. Contraditório e Direito de Defesa na Prova Pericial.....	602
1.2. Perícia Particular. Possibilidade de Contra-Prova Pericial. Limitações da Fase Pré-Processual.....	602
1.3. O Exame de Corpo de Delito Direto e Indireto.....	603
1.4. Das Práticas Inquisitivas na Execução Penal. Crítica aos Laudos Crimino-lógicos.....	609
1.5. Intervenções Corporais e os Limites Assegurados pelo <i>Nemo Tenetur se Detegere</i> . Recusa a Coisificação do Imputado.....	615
2. Interrogatório.....	619
2.1. A Defesa Pessoal Positiva.....	619
2.2. A Defesa Pessoal Negativa. Direito de Silêncio. O <i>Nemo Tenetur se Detegere</i>	622
2.3. Interrogatório do Co-Réu. Separação. Perguntas da Defesa do Co-Réu. Repetição do Interrogatório.....	626
2.4. O Interrogatório por Videoconferência – Lei 11.900/2009.....	628
2.5. Crítica ao Interrogatório <i>On Line</i> (Videoconferência).....	631
3. Da Confissão.....	636

4. Das Perguntas ao Ofendido	637
5. Da Prova Testemunhal	640
5.1. Quem Pode Ser Testemunha? Restrições, Recusas, Proibições e Compromisso. Contraditando a Testemunha	641
5.2. Classificando as Testemunhas. Caracteres do Testemunho	645
5.3. A (ilusão de) Objetividade do Testemunho – Art. 213 do CPP.....	647
5.4. Momento de Arrolar as Testemunhas. Limites Numéricos. Substituição e Desistência. Pode o Assistente da Acusação Arrolar Testemunhas? Oitiva por Carta Precatória e Rogatória	650
5.5. Falsas Memórias e os Perigos da Prova Testemunhal. O Paradigmático “Caso Escola Base”	656
6. Reconhecimento de Pessoas e Coisas	663
6.1. (In)Observância das Formalidades Legais. Número de Pessoas e Semelhança Física	663
6.2. Reconhecimento por Fotografia. (Im)Possibilidade de Alteração das Características Físicas do Imputado. Novas Tecnologias	666
6.3. Breve Problemática do Reconhecimento desde a Psicologia Judiciária..	669
6.4. (Re)Pensando o Reconhecimento Pessoal. Necessidade de Redução de Danos. Reconhecimento Seqüencial.....	672
7. Reconstituição do Delito. Reprodução Simulada.....	675
8. Acareação	677
9. Da prova documental.....	678
9.1. Conceito de Documento. Abertura e Limites Conceituais.....	678
9.2. Momento da Juntada dos Documentos. Exceções. Cautelas ao Aplicar o art. 479 do CPP	680
9.3. Autenticações. Documentos em Língua Estrangeira (Recusa ao) Ativismo Judicial. O Que São “Públicas-Formas”?.....	681
10. Dos Índícios.....	683
11. Da Busca e (da) Apreensão	684
11.1. Distinção entre os Dois Institutos. Finalidade. Direitos Fundamentais Tensionados.....	684
11.2. Momentos da Busca e da Apreensão	687
11.3. Da Busca Domiciliar. Conceito de Casa. Finalidade da Busca	687
11.4. Busca Domiciliar. Consentimento do Morador. Invalidez do Consentimento Dado por Preso Cautelar. Busca em Caso de Flagrante Delito	691
11.5. Requisitos do Mandado de Busca. A Ilegalidade da Busca Genérica. A Busca em Escritórios de Advocacia	693
11.6. Busca Domiciliar. Requisitos para o Cumprimento da Medida Judicial (Dia e Noite). Realização Pessoal da Busca pelo Juiz. Violação do Sistema Acusatório	697
11.7. Apreensão. Formalização do Ato. Distinção entre Apreensão e Medidas Assecuratórias (Sequestro e Arresto).....	700
11.8. O Problemático Desvio da Vinculação Causal. Aplicação do Princípio da Especialidade da Prova	701

11.9. Da Busca Pessoal. Vagueza Conceitual da “Fundada Suspeita”. Busca em Automóveis. Prescindibilidade de Mandado. Possibilidades e Limites. Busca Pessoal não se Confunde com Intervenção Corporal	701
12. Restituição das Coisas Apreendidas. Perda e Confisco de Bens	704
Bibliografia	709